



especial eleições 2014

*Votação elege Diretoria da AMATRA-2
para mandato de dois anos!*

Juíza Olga Vishnevsky Fortes



**A candidata da chapa
União e Força fala das propostas
para o próximo mandato**

“Possuo o conhecimento e experiência em administrar que o cargo exige. Mas, o que mais importa, no meu entender, é o fato de eu ter ao meu lado, na composição da chapa, pessoas que são verdadeiros valores de nossa Magistratura. Pessoas que, juntas, estão preparadas para todo e qualquer desafio que a Associação possa ter”.

Juíza Patricia Almeida Ramos



**Candidata à reeleição,
Magistrada expõe as ideias da
chapa Participação Democrática**

“Após 2 anos de intensa luta, fixamos base sólida e avançamos crucialmente na proposta institucional a que nos propusemos a desenvolver. Queremos dar continuidade ao nosso projeto, com ênfase à defesa das prerrogativas e dos direitos dos Magistrados, além da luta por melhores condições de trabalho”.

Prezados associados,

Notício, com satisfação, que em 14/03/2014 será realizada a eleição para escolha da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – biênio 2014-2016.

Duas foram as chapas inscritas para o pleito – União e Força e Participação Democrática -, ambas lideradas por magistradas - Olga Vishnevsky Fortes e Patricia Almeida Ramos, respectivamente.

Embora a participação feminina seja, via de regra, expressiva na Justiça do Trabalho - a título de exemplo, dos trinta e sete aprovados no 38º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho do TRT 2ª Região, quatorze são do sexo feminino -, de um modo geral, esta ainda é minoritária.

Com efeito, segundo dados de 2012, apenas trinta por cento dos magistrados são mulheres.

Este quadro tende a ser alterado gradualmente, uma vez que, desde 1997, a percentagem de graduadas em cursos jurídicos é superior àquela de graduados.

Olga ou Patricia, magistradas que altruisticamente se dispuseram à atuação em prol do coletivo, irá liderar a maior associação de magistrados trabalhistas do Brasil.

À frente de seu grupo de gestão, trará a especial sensibilidade da mulher.

Desde logo, desejo às duas chapas uma profícua campanha – e àquela que obtiver a maioria de votos no certame, uma excelente gestão!

Por fim, chamo todos os associados a participar do momento máximo da democracia de nossa associação - votando, seja pessoalmente ou por carta!

Um abraço,



Valéria Nicolau Sanchez
Presidente Interina da AMATRA-2

pág. 04
Propostas da Chapa
União e Força

pág. 05
Propostas da Chapa
Participação Democrática

pág. 06
Entrevista Dr^a Olga Vishnevsky Fortes

pág. 07
Entrevista Dr^a Patricia Almeida Ramos

pág. 08
Currículos Chapa União e Força

pág. 10
Currículos Participação Democrática



Propostas *Chapa União e Força*



Institucional

A Associação deve ter relevância.

Primeiramente para o Associado, antecipando-se aos seus anseios, sendo mais que um simples canal de comunicação entre ele e a Administração do Tribunal, ou mero órgão divulgador de notícias externas.

Também deve ter relevância no cenário nacional, na defesa da Magistratura e da Justiça do Trabalho. Deve ter relevância, ainda, nas discussões de temas como a proibição de retrocessos quanto aos direitos fundamentais sociais já conquistados e inseridos em nossa Constituição.

Deve ter relevância no processo de implantação e desenvolvimento do PJe, minimizando os impactos dessa importante transformação de nossa rotina de trabalho.

A Associação deve ser a voz do Associado. A voz que representa, concilia, demanda, ouve, discute, exige, luta. Em toda e qualquer questão.

Diretoria Cultural

Achamos que precisamos aproveitar a riqueza de nossos talentos. Temos Associados que são professores e escritores de destaque nacional que podem transmitir seu conhecimento em Congressos que pretendemos criar e em outros dos quais poderemos participar.

Gostaríamos de ter assento na Ejud-2, de forma a participar da formação e qualificação de Juízes.

Pretendemos manter e ampliar a Revista da AMATRA-2 e divulgar seus artigos no site da Associação.

Pretendemos voltar a fazer concursos de monografias.

Diretoria Social

Nosso "happy's" marcados para as últimas quintas-feiras de cada mês voltarão a acontecer.

Novos eventos em datas comemorativas haverão de integrar Aposentados, Desembargados, Juízes Titulares e Juízes Substitutos.

A contribuição do Associado será usada também em seu benefício! Muitos colegas contribuem para a Associação, mas não se sentem diretamente beneficiados por ela.

A sede social tem capacidade para se tornar um espaço de convivência e lazer.

Qualidade de Vida

Temos que trabalhar melhor. E nossa vida no trabalho e na sociedade pode ser pensada, simplificada e melhorada.

Devemos trabalhar para a otimização e uniformização de rotinas de trabalho, pois essa prática vai se refletir na melhora de nossa qualidade de vida. Nossos limites mentais e físicos devem ser estudados e compreendidos.

Devemos opinar sobre o PJe e participar do processo de implantação.

Devemos voltar a discutir a pauta padrão e buscar alternativas para as causas dos problemas que vivenciamos.

Prerrogativas

O Associado deve ter serenidade para conduzir audiências e decidir. Para tanto, deve saber que tem apoio numa equipe que trabalhará incansavelmente na defesa de suas prerrogativas.

A Associação deve sempre atuar na tentativa de conciliação entre seus associados, mostrando imparcialidade, sem fomentar discussões e sem optar pela defesa de um associado em detrimento de outro.

A tentativa de conciliação também poderá existir quando houver lide entre o Associado e advogados ou funcionários, a critério do Associado.

É preciso que a Associação tenha um canal de comunicação com a Administração do Tribunal, que atue na defesa do Associado que sofre cobrança de metas e produtividade, intercedendo para que as exigências sejam razoáveis e condizentes com as condições de trabalho que nos são ofertadas.

A Associação deve defender o Associado, sem fazer prévio juízo de valor acerca de seu procedimento.

Relacionamento com Associações Nacionais

Fazemos parte da Diretoria da AMB (Secretaria de Planejamento Estratégico e Prerrogativas), e temos um projeto de ampliação da participação das Amatras, de forma a permitir que tenhamos maior envolvimento nos projetos nacionais voltados à Magistratura.

Entendemos que a importância que nos é dada no contexto nacional não é condizente com nossa relevância. Somos o maior Tribunal trabalhista e não temos voz no conselho de representantes da Anamatra. Queremos buscar uma maior participação, sempre visando compartilhar dos processos decisórios de interesse de nossos Associados.

Seremos fortes se estivermos juntos.

Propostas *Chapa Participação Democrática*



Principais Lutas

Continuidade da ampliação do auxílio fixo, com a designação de dois juízes por Vara em todas as unidades judiciárias da segunda região, com mais de 1000 processos.

Aprovação do Projeto de Lei com previsão da criação de cargos e funções comissionadas de assessor de gabinete, segundo secretário de audiência e assistente para o juiz substituto;

Intransigente defesa das prerrogativas dos Magistrados. Manutenção do contrato com escritório de advocacia para a defesa técnica dos associados.

Institucionalização das reuniões para tentativas de conciliação, quando da existência de conflitos entre colegas, bem como entre estes e advogados. Aprimoramento de técnicas nesse sentido.

Valorização da carreira, com a implementação de política remuneratória digna e paritária, com revisão anual e permanente, que garanta a irredutibilidade dos vencimentos, proventos e pensões, além do imediato restabelecimento do ATS para todos os Magistrados.

Manutenção do Plano de Previdência Pública, com a permanência dos proventos integrais para Magistrados que vierem a se aposentar.

Extinção da cobrança de contribuição previdenciária – PSSS sobre os proventos dos Magistrados aposentados.

Pagamento de indenização de férias aos Magistrados com acúmulo períodos, inclusive àqueles, em fase de pré-aposentadoria.

Valorização da 1ª Instância – notadamente da Justiça do Trabalho da 2ª. Região – e pelo reconhecimento da sua importância perante o contexto produtivo da composição de conflitos.

Implementação de projetos elaborados com a participação democrática dos Associados no debate, estruturação e defesa de questões de interesse do Poder Judiciário e da Magistratura do Trabalho da 2ª. Região.

Assento e Voz da AMATRA-2 nas sessões do Tribunal Pleno e na EJUD-2;

Participação da AMATRA-2 nas comissões de Planejamento Estratégico e Orçamentário do TRT-2;

Concessão da legitimidade da AMATRA-2 para propor alterações do Regimento Interno do nosso Tribunal.

Pela Democratização dos Tribunais;

Pela participação dos Magistrados, de primeiro e segundo grau, na eleição dos membros do CNJ.

Principais Realizações

Reforma do Estatuto da AMATRA-2 com o aprimoramento do processo deliberativo em assembleias (inclusive com a limitação do uso de procurações); criação de novas diretorias (contexto em que se incluem a diretoria de aposentados e diretoria de prerrogativas).

Aperfeiçoamento da relação com os Poderes da República, com a imprensa e com as Associações Regionais e Nacionais.

Participação em fóruns institucionais, para o fim da promoção: aos direitos humanos e do cidadão, ao trabalho decente e seguro, bem como à erradicação do trabalho análogo à condição de escravo.

Assessoria na prestação de serviços específicos aos colegas aposentados;

Criação da Diretoria de Informática e um fórum permanente para debate de assuntos referentes à operacionalidade do PJe-JT, bem como sua humanização, através da adoção de técnicas que salvaguardem a saúde dos Magistrados e Servidores.

Organização do II Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo;

Continuidade das publicações da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2 e do Jornal "Magistratura & Trabalho".

Disseminação de técnicas, ideias e alternativas para a solução de questões jurídicas no âmbito da execução;

Continuidade e aprimoramento do projeto "Renove-se". Promoção de palestras com profissionais especialistas em melhoria da qualidade de vida e bem estar.

Aparelhamento das salas de lanche da AMATRA-2 fora da sede;

Incremento das atividades sociais de forma a estimular a participação de maior número de associados; descentralização de atividades sociais, a fim de que todas as circunscrições estejam integradas.

Um passo á frente.

Entrevista Dr^a Olga Vishnevsky Fortes

situação. A forma de comunicação com os aposentados também precisa ser alterada, de forma a que se sintam reintegrados à Associação. Há outras decisões que penso ser equivocadas, como, por exemplo, manter já há dois anos a sede social fechada.

De que forma a AMATRA-2 aprofundará sua representatividade entre os associados?

Tudo deve ser voltado para as necessidades do associado e, para tanto, ele deve ser ouvido quando for necessário. Penso que a tecnologia da informação permite a ampliação dos debates sobre questões que nos são importantes, permitindo, por exemplo, a votação eletrônica. Qualquer assunto pode ser debatido e votado em poucas horas. Pretendemos fazer uso dessa ferramenta.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário? Qual sua opinião sobre a implantação do PJe? Que melhorias o TRT-2 e o TST poderiam fazer ao sistema?

A Amatra deve participar de todos os processos decisórios que envolvam seus associados. Não nos basta crescer, com mais concursos, prédios, embora ainda tenhamos tais necessidades. Temos que simplificar e uniformizar nossas rotinas de trabalho, de forma a otimizá-las. Já, o PJe é um grande avanço. Acredito que teremos alguns problemas na implantação e uso do sistema, mas considero que todo processo evolutivo exige sacrifícios. O TRT deveria participar da implementação do fluxograma das Centrais, pois somos o maior Regional e nossas Centrais funcionam muito bem. O modelo das Centrais no PJe é baseado num fluxograma desatualizado. O PJe poderia ter funcionalidades que pudessem unificar atos de penhora e de penhora sobre o faturamento e organizá-los automaticamente por ordem de prelação; trazer funcionalidades de atualização de cálculos de liquidação; fornecer certidões “on line”; permitir a reserva de valores com o cálculo automático do remanescente; automatizar remessa de ofícios a partir da sentença; criar uma linha do tempo que informasse para o usuário a estimativa de duração do

processo; “linkar” cada termo técnico a um dicionário explicativo. São muitas as ideias. Pretendemos ter a chance de discuti-las.

Considerando as normas previstas no Código de Ética da Magistratura, quais são suas propostas para o aperfeiçoamento da relação entre Juízes Substitutos, Titulares e Desembargadores?

O caminho não está no Código, está no diálogo. Os membros da Diretoria da Associação devem intermediar tal diálogo, mas nunca intermediar representações entre os associados.

Como deve ser a relação da AMATRA-2 com o TRT-2? E com o Poder Legislativo?

A Administração da Dra. Doralice é histórica. Quicá todas as Associações pudessem contar com uma Administração que ouvisse e atendesse as demandas, como a atual. Mas uma Diretoria eficiente é mais que uma Diretoria bem intencionada. Deve estar preparada para atuar nas tempestades e na bonança. Perante o Legislativo me espelho nas gestões da UF. Nenhuma Diretoria conseguiu tantas aprovações de leis.

A AMATRA-2 deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?

A Amatra será a voz dos Magistrados também na imprensa. A relação com a imprensa deve ser sempre cautelosa e amigável.

Qual sua posição sobre a obrigatoriedade do uso da toga durante as audiências? Sua utilização afasta ou aproxima o Juiz do Trabalho do Cidadão?

Sou a favor. Somos a Justiça mais próxima do cidadão e a toga não é mais que um símbolo que o próprio jurisdicionado espera ver. Mas respeito opiniões em sentido oposto. O uso deveria ser facultativo.

Diante da criação do Fórum da Penha e da previsão de implantação de um fórum na Zona Sul, qual sua opinião sobre a descentralização da Justiça do Trabalho em São Paulo?

Sou a favor. Não temos outra alternativa mais rápida e eficiente que esta, embora a situação tenha perdido a oportunidade de debater tal tema.



Entrevista Dr^a Patricia Almeida Ramos

projetos. Pretendemos ampliar essa política. Instituiremos comissões para discussão sobre melhoria das condições de trabalho e ampliação de benefícios.

Reuniões periódicas, fora da sede, são de suma importância, o mesmo ocorrendo com a instalação de fóruns de debate virtuais.

Continuaremos a luta pela: a) concessão do Assento e Voz da AMATRA-2, nas sessões do Tribunal Pleno, o que reivindicamos desde o início da gestão ora em curso; b) legitimidade da AMATRA-2 para, em nome próprio, requerer alteração do RI do TRT-2 e b) participação nas comissões de Planejamento Estratégico e Orçamentário do Tribunal.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário? Qual sua opinião sobre a implantação do PJe? Que melhorias o TRT-2 e o TST poderiam fazer ao sistema?

O PJe foi criado para garantir atuação judicial acessível, célere e segura. As novas tecnologias têm impacto direto sobre o exercício do direito de ação, pois concedem nova forma e conteúdo ao processo. Eis os atuais e principais desafios do PJe-JT: garantias de estabilidade (disponibilidade) e segurança do software, treinamento dos usuários e superação de óbices culturais à mudança de paradigma. É indispensável estudo crítico para a busca de soluções criativas e seguras aos problemas decorrentes da expansão do sistema, sobretudo na 2ª Região. É fundamental a participação dos Magistrados, através da AMATRA-2, na formulação e acompanhamento das políticas de implementação, avaliação e controle do PJe, tanto na JT em geral, como na 2ª R. Devemos buscar, ainda, medidas voltadas à saúde dos Magistrados – questões de ergonomia e desconexão –, adequada capacitação, incremento de recursos humanos, etc.

Considerando as normas previstas no Código de Ética da Magistratura, quais são suas propostas para o aperfeiçoamento da relação entre Juízes Substitutos, Titulares e Desembargadores?

A relação entre Magistrados deve ser calçada em mútuo respeito e solidariedade. Atualmente, o TRT-2 possui cerca de 600 Magistrados. De fato, há questões de relacionamento que refletem, também, na entrega da prestação jurisdicional. Este problema deve ser enfrentado através de debate franco, aberto e direto. A atual gestão começou este trabalho, ao realizar, no Encontro Anual

de 2013, painel sobre a relação interpessoal entre Magistrados. Ajustou-se, ainda, a criação de comissão conjunta de Juízes Titulares e Substitutos para discussão dos problemas nessa seara. Este é o início do debate que desenvolveremos, caso eleitos.

Como deve ser a relação da AMATRA-2 com o TRT-2? E com o Poder Legislativo?

Desde abril de 2012, a AMATRA-2 empreende diálogo direto com a administração do TRT-2, em prol dos anseios regionais dos Juízes. Muitas conquistas foram consolidadas. Manteremos tal política associativa, sem perder a independência, quando o confronto for inexorável.

É importante que aprofundemos as relações com o Poder Legislativo e, também, que realizemos análise apurada dos projetos de Lei de interesse da Magistratura e do TRT-2, com a atuação participativa em projetos de iniciativa AMB e Anamatra.

A AMATRA-2 deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?

Sim. A atual gestão contratou assessoria de imprensa. Caso eleitos, aprimoraremos a relação, com a inserção na mídia não só em momentos de crise, mas através de campanhas de valorização da Magistratura, da JT da 2ª Região (a maior e a mais complexa do Brasil) e da AMATRA-2.

Qual sua posição sobre a obrigatoriedade do uso da toga durante as audiências? Sua utilização afasta ou aproxima o Juiz do Trabalho do Cidadão?

O que aproxima o Juiz do cidadão não é a vestimenta, mas a forma como conduz o processo e busca justa solução aos conflitos.

A obrigação do uso da toga está no art. 31 da Lei 5.010/66. Entendo que tal comando já havia sido derogado, há muito, pelo costume. A AMATRA-2 deve promover debate sobre a determinação obrigação regional do uso da vestimenta, posicionando-se, conforme opinião majoritária de seus Associados.

Diante da criação do Fórum da Penha e da previsão de implantação de um fórum na Zona Sul, qual sua opinião sobre a descentralização da Justiça do Trabalho em São Paulo?

A descentralização aproxima o Judiciário da população. A medida é, também, alternativa criativa para a instalação de novas Varas, implantação do PJe na Capital e o “esvaziamento” do Fórum da Barra Funda, saturado pelo acúmulo de processos e pessoas.

Na sua trajetória profissional, quais elementos considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-2?

Fui nomeada para uma função de confiança pela Administração, função essa a qual exerci perante o Juízo Auxiliar em Execução por 4 anos e perante 3 diferentes presidências. Em tal função, auxiliei na coordenação da Distribuição, Central de Mandados e Central de Precatórias. Fui Presidente da Comissão de Hastas Públicas por mais de 3 anos. Sei como funciona a primeira instância e qual o fluxo de trabalho de alguns setores importantes para a nossa rotina.

Sinto-me sensível às demandas da classe. Iniciei os debates que resultaram na implementação do auxílio fixo, e juntamente com colegas que fazem parte da chapa UF, fizemos o requerimento que resultou na concessão do auxílio 6X1. Isso sem nem sequer fazermos parte da Diretoria da Amatra.

Possuo o conhecimento e experiência em administrar que o cargo exige. Mas, o que mais importa, no meu entender, é o fato de eu ter ao meu lado, na composição da chapa, pessoas que são verdadeiros valores de nossa Magistratura. Pessoas que, juntas, estão preparadas para todo e qualquer desafio que a Associação possa ter.

Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas? Quais devem ser revistas?

A realização do I Congresso da Magistratura Laboral foi algo admirável. Merece continuidade. As reuniões informais, nas quais somente os votos favoráveis à decisão da Diretoria eram colhidos, foram abolidas pela atual Diretoria. Os pequenos “happy’s” semanais também já foram abolidos pela

DIRETORIA EXECUTIVA

Olga Vishnevsky Fortes • Presidente

- Juíza Titular da 73ª Vara do Trabalho em São Paulo;
- Pós-graduada em Processo Civil pela FMU e em Administração Judiciária pela Fundação Getúlio Vargas;
- Mestranda em Direito e Processo do Trabalho pela PUC;
- Aprovada no XVII Concurso do TRT da 15ª Região em 2003, tomou posse no TRT da 2ª Região, por permuta, em 2004;
- Coordenou o Juízo Auxiliar em Execução de 2007 a 2011. Presidiu a Comissão de Hastas Públicas do TRT da 2ª Região de 2008 a 2011;
- Participou da comissão coordenadora das primeiras Semanas de Conciliação no TRT da 2ª Região, em primeiro grau, e foi gestora da implantação, também em primeiro grau, das Tabelas Unificadas do CNJ;
- Participou da comissão de orçamento do TRT da 2ª Região em 2010;
- Foi promovida, pelo critério de merecimento, à Juíza Titular da 73ª Vara do Trabalho de São Paulo em agosto de 2011;
- É atual Secretária de Planejamento Estratégico da Associação dos Magistrados Brasileiros.



Edilson Soares de Lima • Vice Presidente

- Integrou Comissão de Prerrogativas da Amatra/SP 2004/06 e 2010/12;
- Diretor Financeiro da Amatra/SP 2006/08;
- Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie;
- Mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP;
- Juiz do Trabalho desde 1995;
- Atualmente é titular da 4ª Vara de Osasco;
- Publicou "A Correição Parcial", pela Editora Ltr;



Fábio Augusto Branda • Secretário

- Juiz Auxiliar de Corregedoria junto Juízo Auxiliar em Execução e Presidente da Comissão de Hastas Públicas Unificadas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desde abril de 2011;
- Juiz do Trabalho substituto;
- (2004-2007) Assessor de Juiz junto ao Gabinete do Desembargador, Dr. Rovirso A. Boldo;
- (2003-2004) Chefe de Gabinete junto ao Gabinete do Desembargador, Dr. Rovirso A. Boldo;
- (2002-2003) Assistente de Juiz junto ao Gabinete do Desembargador, Dr. Rafael E. Pugliese Ribeiro;
- (1999-2002) Diretor de Secretaria da 38ª Vara do Trabalho de São Paulo;
- (1995-1999) Assistente de Juiz junto à 22ª Vara do Trabalho de São Paulo – Juiz Titular, Dr. Rafael E. P. Ribeiro.



Samir Soubhia • Diretor Financeiro

- Servidor da Justiça do Trabalho de março/90 a abril/95;
- Juiz Substituto de abril/95 a setembro/01
- Juiz Titular da 22ª VT desde março/02.



Erotilde Ribeiro dos S. Minharro • Diretora Cultural

- Juíza titular da 5ª. Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo.
- Conselheira da EJUD (a partir de setembro de 2012 até setembro de 2014);
- Doutora em direito do trabalho pela Faculdade de Direito da USP, desde 2006;
- Mestre em direito do trabalho pela Faculdade de Direito da USP, desde 2002;
- Especialista em direito do trabalho pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, desde 1994;
- Professora titular de direito processual do trabalho da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo;
- Professora convidada na pós-graduação da FGV-Rio e na Universidade Mackenzie.



Camila Jubillut • Diretora Benefícios

- Bacharel em Direito pela Universidade Puc-Campinas;
- Advogada militante nos anos de 2005 a 2008;
- Pós-graduada em Direito Material e Processual do Trabalho também pela Puc-Campinas em 2006;
- Juíza do Trabalho desde junho de 2010, aprovada pelo 34º concurso promovido pelo TRT da 2ª Região.



Sandra Brasil • Diretora Social

- Graduada pela Universidade Mackenzie em 1999;
- Especialista em Direito e Processo do Trabalho em 2012 pela mesma Universidade;
- Juíza substituta do trabalho no TRT da 15ª Região de julho de 2002 a março de 2008;
- Juíza substituta do trabalho no TRT da 2ª Região desde março de 2008;
- Foi Diretora Social da Amatra no ano de 2011.



Carlos Alberto de Noronha • Diretor Aposentados

- Faculdade de Direito do vale do Paraíba;
- Magistrado desde abril de 79, aposentado em 1991;
- Pós-graduação em Dir.do Trabalho e Proc. Do Trabalho;
- Magistério nos cursos de pós-graduação da FMU e cursos de preparação para a magistratura;
- Exercício da advocacia desde a aposentadoria.
- Foi Diretor de Aposentados na gestão da Amatra de 2010/2012;



COMISSÃO DE PRERROGATIVAS

Rita Maria Silvestre • Desembargadores

- Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Lauro de Camargo - Ribeirão Preto – UNAERP;
- Ingressou na Magistratura do Trabalho em 16 agosto de 1988;
- Juíza Presidente das Varas de Trabalho de São Vicente (Baixada Santista) e Jandira;
- Juíza substituta no TRT 2ª Região de 1997 à 2008;
- Em 3 de novembro de 2008, foi promovida por merecimento, a Desembargadora do TRT;
- Exerce atualmente a Presidência da 8ª Turma no nosso TRT.



Luciana Bezerra de Oliveira • Titulares

- Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes;
- Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie;
- Ingressou na Magistratura do Trabalho em 2001;
- Atualmente é Juíza Titular da 57ª Vara do Trabalho de São Paulo.



Lucia Toledo • Titulares

- Formada em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade Mackenzie;
- Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1991;
- Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1997;
- Em 10 de março de 1995 ingressou na carreira de Juíza do Trabalho Substituta, na 15ª Região. Em 31 de agosto de 1995 permutou para o TRT da 2ª Região;
- Em 25 de outubro de 2004 assumiu a titularidade da 78ª Vara do Trabalho da Capital, onde está até hoje.

Chapa
União e Força



Ieda Regina Alineri Pauli • Substitutos

- Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Santo André;
- Graduação em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo;
- Funcionária do TRT 02 desde janeiro de 1991, inicialmente como técnico, depois como executante de mandados a partir de 1995 e finalmente chefe de gabinete de desembargador em junho de 2002;
- Juíza substituta em fevereiro de 2006, pela 15ª região;
- Permuta ao TRT da 2ª região em fevereiro de 2007;
- Atualmente respondendo pela central de mandados, de cartas precatórias, depósitos judiciais e unidade de atendimento do fórum Ruy Barbosa, além de integrante do juízo auxiliar em execução que abrange a central de cartas precatórias, o juízo auxiliar em execução e o juízo da infância e juventude.



Antonio Pimenta • Suplente

- Juiz Titular da 46ª VT/SP
- Compôs a Comissão de Prerrogativas da AMATRA-SP (2008/10)
- Diretor-Secretário da AMATRA/SP(2010/12)
- Graduado em História pelas Faculdades Integradas de Filosofia Ciências e Letras de Guarulhos
- Ingressou na Magistratura do Trabalho em 1999
- Atualmente prepara defesa de mestrado na área de direito processual do trabalho (sobre o ônus da prova).



Doris Ribeiro Torres Prina • Suplente

- Foi funcionária pública no TRT 2ª Região;
- Integrou o quadro do Ministério Público do Trabalho na 15ª Região;
- Aprovada em Concurso Público da Magistratura do Trabalho da 15ª Região em 1988;
- Ingressou como Juíza no TRT da 2ª Região em 1989 através de permuta;
- Foi Juíza Titular da 72ª Vara do Trabalho da Capital
- Atualmente é Desembargadora.



Roberta Carolina de N e S. Dantas • Suplente

- Formada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2003.
- Servidora Pública do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de 1998 a 1999.
- Servidora Pública do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de 2002 a 2009 - exercendo os cargos de assistente de juiz de 2004 a 2006 e diretora de Secretaria de 2006 a 2009
- Juíza do Trabalho Substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região de 2009 a 2010.
- Juíza do Trabalho Substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desde fevereiro de 2010 – atualmente na circunscrição de Osasco.
- Pós-graduada em Direito do Trabalho.



CONSELHO FISCAL

Renata Beneti • Titular

- Formada pela Faculdade de Direito do Lago São Francisco (USP) em 1996;
- Juíza Substituta no TRT-SP em 1999;
- Juíza Titular da 74ª VT/SP em 2010.



Thiago Melosi Sória • Suplente

- Presidente interino da AMATRA-SP de dezembro de 2009 a março de 2010;
- Vice-Presidente da AMATRA-SP na gestão 2008/10 e de jan-mar de 2012;
- Mestre em Direito do Trabalho pela USP;
- Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Lisboa;
- Especialista em Direito do Trabalho pela PUC/SP;
- Bacharel em Direito pela USP.



Vanda Ferreira da Cruz • Titular

- Bacharel em Direito pela USP em 1974;
- Atuou como advogada de 1975 a 1993;
- Oficial de Justiça Avaliadora da Justiça Federal de 1994 a 1998;
- Juíza do Trabalho Aposentada - ingressou na Magistratura em 1998.



Bosco Araújo de Menezes • Suplente

- Graduado na faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- Ingressou na Magistratura Trabalhista em março de 1979, juiz aposentado desde outubro de 1995;
- Mestre em Filosofia de Direito, mestre em Direito Romano;
- Foi Jornalista da Folha de São Paulo;
- Foi Professor Titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo na cadeira de Direito Processual do Trabalho.



Karen Cristine Nomura Miyasaki • Titular

- Formada pela PUC, em 1996;
- Servidora deste TRT desde 1993;
- Ingressou na Magistratura em 2000;
- Promovida a Juíza titular da 70ª VT de São Paulo em 2010.



Marcelo Donizete Barbosa • Suplente

- Bacharel em Direito pela USP;
- Especialização em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (1989-90);
- Especialização em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária, atual Instituto Internacional de Ciências Sociais (1993-94);
- Assessor de Juiz do TRT-SP (1993-97);
- Titular da 39ª Vara de São Paulo.



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – Patrícia Almeida Ramos

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- Mestre em ciências jurídico laborais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1999
- Juíza do Trabalho Substituta



Fabio Ribeiro da Rocha • Vice-Presidente

- Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie
- Especialista em Direito Constitucional pela PUC/SP
- Mestrando em Direito do Trabalho pela PUC/SP
- Ingresso na Magistratura em 2009
- Juiz do Trabalho Substituto



Fernanda Zanon Marchetti • Diretora Social Adjunta I

- Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2007
- Juíza do Trabalho Substituta



Isabel Cristina Quadros Romeu • Diretora Secretária

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Extensão cultural – Universidad Complutense de Madrid – Curso de Doutorado – Derecho Urbanístico
- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Conclusão de todos os 65 créditos do Curso de Mestrado em Direito Urbanístico (área de Concentração – Direito Econômico Financeiro)
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1987
- Juíza do Trabalho Aposentada



Raquel Gabbai de Oliveira • Diretora Social Adjunta II

- Graduada pela Faculdade de Direito da PUCCAMP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2000.
- Juíza Titular da 9ª. Vara do Trabalho de São Paulo



Farley Roberto de Carvalho Ferreira • Diretor Financeiro e de Patrimônio

- Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela UGF-RJ
- Mestrando em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2008
- Juiz do Trabalho Substituto



Valéria Nicolau Sanchez • Diretoria de Benefícios

- Graduada pela Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo
- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1995
- Juíza Titular da 66ª. Vara do Trabalho de São Paulo



Carlos Francisco Berardo • Diretor Cultural

- Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1975
- Promovido a Desembargador do Trabalho em 1993
- Convocado para o TST, por cerca de quatro anos.
- Corregedor e Vice-presidente Administrativo TRT/SP.
- Desembargador do Trabalho Aposentado



Tatiana Agda Julia E. H. Beloti Maranesi • Diretora de Benefícios Adjunta

- Graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
- Especialista em Direito do Trabalho pela PUC/SP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juíza do Trabalho Substituta



Marcelo Azevedo Chamone • Diretor Cultural Adjunto

- Graduação pela Faculdade de Direito da UNIMES
- Especialista em Direito Processual Civil e Direito Processual Constitucional pela UNISANTOS
- Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES
- Juiz do Trabalho Substituto



COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

DESEMBARGADORES:

Rosana de Almeida Buono • Titular

- Graduada pela Faculdade de Direito da PUC/SP
- Especialista em Direito Social pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Especialista em Direito Constitucional pela FAAP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1993
- Promovida à Desembargadora do Trabalho em 2010



Silvana Louzada Lamattina • Diretora Social

- Graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
- Especialista e Mestre em Direito do Trabalho, ambos pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1994
- Juíza Titular da 4ª. Vara do Trabalho de Santo André



Ivete Ribeiro • Suplente

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP
- Especialista em Direito do Trabalho pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2006
- Desembargadora do Trabalho

Chapa
Participação Democrática



JUÍZES TITULARES:

Maria Fernanda de Queiroz da Silveira • Titular

- Graduada pela Faculdade de Direito da PUC/SP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1994
- Juíza Titular da 15ª. Vara do Trabalho de São Paulo



Magda Cristina Muniz

- Graduada pela Faculdade de Direito da PUC/SP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1995
- Juíza do Trabalho Aposentada



Marco Antonio dos Santos • Suplente

- Graduação pela Faculdade de Direito da FMU
- Especialista em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica – PUC
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2004
- Juiz Titular da 27ª. Vara do Trabalho de São Paulo



Lávnia Lacerda Menendez

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2006
- Juíza Auxiliar da 10ª. Vara do Trabalho de São Paulo



JUÍZES SUBSTITUTOS:

Daniel Rocha Mendes • Titular

- Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2005
- Juiz Auxiliar da 9ª. Vara do Trabalho de São Paulo



SUPLENTES:

Maria Cristina Fisch

- Graduada pela Faculdade Católica de Direito de Santos
- Especialista em Direito do Trabalho pela USP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1988
- Promovida à Desembargadora do Trabalho em 2010



Rodrigo Acuio • Suplente

- Graduação pela Faculdade de Direito da FMU
- Especialista em Direito Processual Civil pela FMU
- Especialista em Direito do Trabalho pela PUC
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juiz do Trabalho Substituto



Renata Bonfiglio

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2007
- Juíza Auxiliar da 27ª. Vara do Trabalho de São Paulo



CONSELHO FISCAL

TITULARES

Cristina Ottoni Valero

- Graduada em Contabilidade
- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de Brás Cubas
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1990
- Juíza do Trabalho Aposentada



André Eduardo Dorster Araujo

- Graduação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em junho de 2010
- Juiz do Trabalho Substituto

Apoio:



CAIXA



**magistratura
e trabalho**

Publicação Oficial da Associação dos
Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região

Av. Marquês de São Vicente, 235 Bl. B- 10º Andar
Barra Funda - São Paulo - SP
CEP 01139-001